



POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE DA CRIANÇA NO BRASIL : AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA ÚLTIMA DÉCADA

Jéssica Fernanda Freire da Silva Gaudêncio, Flora Beatriz Muniz Teixeira, Jessey Kamila Tavares de Souza, Matheus Acioly Muniz Teixeira, Vivian Graziella dos Santos Oliveira, Luís Felipe Moraes Barros, Rodrigo Moraes Barros, Keyce Hellen Ribeiro, Priscila Oliveira de Souza, Isla Carolina Alves de Lima, Brenda Aléxia de Sousa Leal.



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n3p370-382>

Artigo publicado em 06 de Março de 2025

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Este estudo realiza uma revisão da literatura sobre saúde infantil, políticas públicas e mortalidade infantil, com ênfase no papel da Atenção Primária à Saúde (APS). A metodologia adotada envolveu a busca por artigos em bases de dados científicas, resultando inicialmente em 673 artigos, dos quais 650 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, deixando 23 para análise inicial. Após a leitura completa, 13 estudos foram descartados, resultando em 10 artigos que compuseram o corpus final de análise. A análise desses estudos permitiu identificar os avanços e desafios das políticas públicas nos últimos 10 anos, com foco na promoção do aleitamento materno, continuidade do cuidado infantil e redução da mortalidade evitável. Os resultados evidenciaram progressos significativos no acesso e qualidade do atendimento, mas também ressaltaram obstáculos persistentes, especialmente nas regiões mais vulneráveis do Brasil. A escassez de recursos e as desigualdades sociais continuam a impactar diretamente as condições de saúde das crianças, dificultando a efetividade das políticas públicas. Para garantir saúde infantil de qualidade e equitativa, é fundamental consolidar as políticas existentes, garantir seu acesso universal, melhorar a infraestrutura de saúde e promover a integração entre os setores. Esse esforço é essencial para oferecer a todas as crianças, especialmente as em situações de maior vulnerabilidade, a oportunidade de um desenvolvimento saudável e pleno.

Palavras-chave: Saúde infantil; Políticas públicas; Atenção primária à saúde; Sistema Único de Saúde.

PUBLIC HEALTH POLICIES FOR CHILDREN IN BRAZIL: ADVANCES AND PERSPECTIVES OF THE LAST DECADE

ABSTRACT

This study conducts a literature review on child health, public policies, and infant mortality, with an emphasis on the role of Primary Health Care (PHC). The methodology involved searching for articles in scientific databases, initially resulting in 673 articles, of which 650 were excluded for not meeting inclusion criteria, leaving 23 for initial analysis. After a full reading, 13 studies were excluded, leaving 10 articles that made up the final corpus for analysis. The analysis of these studies allowed for the identification of the advancements and challenges of public policies over the past 10 years, focusing on the promotion of breastfeeding, continuity of child care, and the reduction of preventable mortality. The results revealed significant progress in access and the quality of care, but also highlighted persistent obstacles, particularly in Brazil's more vulnerable regions. Resource scarcity and social inequalities continue to directly impact children's health conditions, hindering the effectiveness of public policies. To ensure equitable and high-quality child health, it is essential to consolidate existing policies, guarantee universal access, improve health infrastructure, and promote sector integration. This effort is critical to providing all children, especially those in more vulnerable situations, with the opportunity for healthy and full development.

Keywords: Child health; Public policies; Primary health care; Unified Health System.

Autor correspondente: *Jéssica Fernanda Freire da Silva Gaudêncio* [email: jessicagaudencio99@gmail.com](mailto:jessicagaudencio99@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



INTRODUÇÃO

A saúde infantil é um aspecto central das políticas públicas de saúde, pois influencia diretamente o crescimento e o desenvolvimento da população. O investimento em políticas voltadas à infância contribui para a redução da mortalidade infantil, o controle de doenças preveníveis e a promoção do desenvolvimento saudável [1]. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental nesse processo, garantindo acesso a serviços essenciais como vacinação, nutrição e acompanhamento pediátrico.

A implementação de programas como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), a Estratégia Saúde da Família (ESF) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) resultaram em avanços expressivos nos últimos anos [2,4]. No entanto, desafios como desigualdade no acesso aos serviços, insegurança alimentar e redução da cobertura vacinal ainda comprometem o pleno desenvolvimento infantil.

A mortalidade infantil, que envolve a morte de crianças antes de completarem cinco anos de idade, é um reflexo direto das condições de saúde pública, e sua redução está diretamente relacionada à implementação de políticas de saúde eficazes, à melhoria do acesso à APS e ao fortalecimento das redes de assistência à criança e à família. Em 2023, foi registrado um número historicamente baixo de mortes de crianças menores de cinco anos, com 4,9 milhões de óbitos em 2022 no mundo. No Brasil, houve uma redução de cerca de 60% nesse índice no mesmo período, de acordo com as estimativas do Grupo Interinstitucional das Nações Unidas para Estimativa da Mortalidade Infantil [3]. Esse avanço reflete os resultados das ações implementadas em saúde e no combate à morbimortalidade infantil.

A redução da mortalidade infantil e a promoção da saúde das crianças dependem de um conjunto de fatores, incluindo a efetividade das políticas públicas de saúde, o acesso a cuidados médicos adequados e a implementação de estratégias eficazes de atenção primária à saúde [4]. As políticas públicas voltadas para a saúde infantil têm se consolidado como uma ferramenta essencial para enfrentar as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde e para melhorar os indicadores de saúde das crianças [4,5].

A atenção primária à saúde (APS) emerge como um dos pilares fundamentais para a melhoria das condições de saúde infantil. Ela envolve a prestação de cuidados essenciais, abrangendo desde a prevenção de doenças até o tratamento e acompanhamento contínuo das crianças, com foco na promoção da saúde e na equidade no acesso aos serviços [6]. A APS é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade social, onde as condições de vida impactam diretamente na saúde

das crianças, e onde a intervenção precoce pode evitar complicações graves e reduzir a mortalidade infantil.

Nos últimos anos, o aumento do interesse acadêmico e político em torno das políticas de saúde infantil e da atenção primária tem gerado um corpo crescente de estudos e estratégias para mitigar os fatores de risco e melhorar os serviços de saúde. No entanto, ainda existem desafios significativos na implementação e avaliação dessas políticas, especialmente em contextos de escassez de recursos, desigualdade social e falta de infraestrutura adequada. A análise da literatura científica sobre saúde infantil, políticas públicas e mortalidade infantil é, portanto, essencial para entender as melhores práticas, os obstáculos existentes e as possíveis soluções para garantir um futuro mais saudável para as crianças.

Este estudo buscou realizar uma revisão da literatura sobre os temas acima mencionados, a fim de identificar as principais evidências sobre a inter-relação entre saúde infantil, políticas públicas e mortalidade infantil, com ênfase no papel da atenção primária à saúde. A partir de uma análise crítica dos estudos mais recentes, pretende-se contribuir para a compreensão dos avanços e desafios das políticas públicas na área da saúde infantil vivenciados nos últimos 10 anos, bem como, propor reflexões que possam orientar futuras práticas e políticas em nível regional e nacional.

METODOLOGIA

A metodologia de revisão de literatura proposta tem como objetivo analisar e sintetizar os estudos existentes sobre a saúde infantil, políticas públicas, atenção primária à saúde e mortalidade infantil, com ênfase em artigos publicados nos últimos 10 anos. A revisão foi realizada a partir de uma busca em bases de dados eletrônicas como PubMed e SciELO, utilizando descritores como "saúde infantil", "políticas públicas", "atenção primária à saúde" e "mortalidade infantil".

Os critérios de elegibilidade incluíram artigos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem especificamente a saúde infantil e as políticas públicas de saúde, com foco na atenção primária e mortalidade infantil. Foram considerados estudos originais, revisões sistemáticas e meta-análises, além de estudos que envolvessem crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos), com ênfase em contextos do Sistema Único de Saúde. A revisão priorizou estudos que investigassem a eficácia de políticas públicas e programas de atenção primária na redução da mortalidade infantil e na melhoria das condições de saúde infantil no Brasil.

Foram excluídos artigos que não abordassem diretamente os temas propostos, como estudos focados apenas em doenças específicas sem relação com políticas

públicas ou atenção primária. Também foram descartados estudos publicados antes de 2015 ou aqueles que não estejam disponíveis em texto completo.

A estratégia de busca incluíram as combinações dos descritores, "saúde infantil" AND "políticas públicas" AND "Sistema Único de Saúde" e "mortalidade infantil" AND "políticas públicas" AND "atenção primária", em inglês e português, além de uma análise manual das referências dos artigos selecionados para identificar outros estudos pertinentes.

Após a coleta dos artigos, foi realizada uma análise qualitativa, buscando sintetizar os principais resultados sobre a relação entre políticas públicas de saúde e os indicadores de saúde infantil, com foco na mortalidade infantil. A análise também buscou identificar as diferenças regionais no impacto dessas políticas, bem como as lacunas existentes na literatura atual.

A revisão de literatura visa fornecer uma visão abrangente sobre as políticas públicas voltadas para a saúde infantil, apontando os avanços e desafios nas últimas décadas, além de fornecer subsídios para futuras pesquisas e o aprimoramento das práticas e políticas de saúde pública voltadas para a redução da mortalidade infantil e o fortalecimento da atenção primária à saúde.

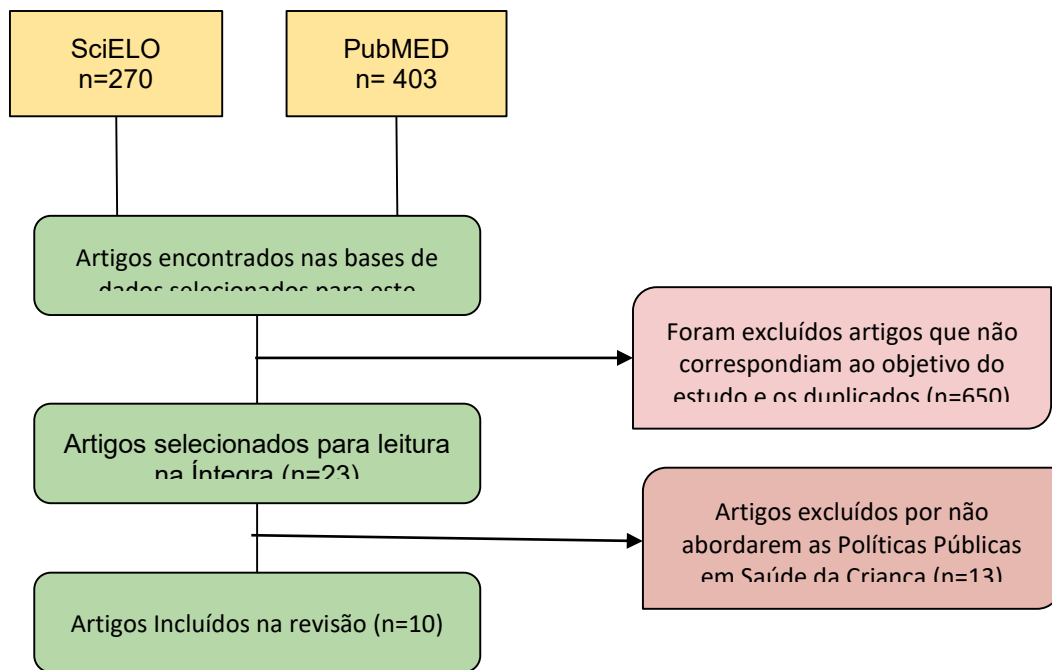
RESULTADOS

Durante o processo de busca, foram identificados inicialmente 673 artigos, desses, 650 artigos foram excluídos por apresentarem duplicatas e/ou não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos para a revisão. Esses critérios consideraram a relevância do tema, o tipo de estudo e o período de publicação. Após essa triagem preliminar, 23 artigos foram selecionados para uma análise mais aprofundada.

Na etapa seguinte, foi realizada a leitura completa dos textos desses 23 artigos. Durante essa fase, foram excluídos 13 estudos, pois não cumpriam totalmente os requisitos necessários para a inclusão na análise, seja por questões metodológicas, pela falta de dados relevantes, ou pela inadequação ao foco central da revisão. Assim, após esse processo de avaliação rigorosa, restaram 10 artigos que, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, foram considerados adequados para compor o corpus de análise desta revisão.

O processo de seleção dos artigos foi cuidadosamente estruturado e pode ser visualizado no fluxograma apresentado na imagem 1. Este fluxograma descreve, de forma clara e transparente, as etapas e decisões tomadas ao longo da revisão, garantindo a integridade e a confiabilidade da seleção dos estudos que embasam os resultados desta análise.

Imagem 1 - Fluxograma do processo de seleção dos artigos utilizados na revisão



Fonte: Autores, 2025

Todos os artigos selecionados foram provenientes de revistas científicas de alto impacto, o que assegura a relevância e a credibilidade das publicações na área da saúde pública. Os artigos incluídos foram avaliados com base em sua metodologia rigorosa, relevância para os objetivos da pesquisa e a robustez dos dados apresentados, podendo ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 - Levantamento Bibliográfico

Ano	Periódico	Título	Autor	Objetivo
2022	<i>Int. J. Environ. Res. Saúde Pública</i>	<i>Estratégia Brasileira de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar: Uma Análise do Caminho de Impacto do Programa</i>	<i>Melo D, Venâncio S, Buccini G</i>	<i>Documentar barreiras e facilitadores para ampliar a EAAB usando uma análise PIP.</i>
2023	<i>Revista Interfaces</i>	<i>Continuidade do cuidado da criança na Atenção Primária à Saúde em região de fronteira.</i>	<i>Hirano AR et. al</i>	<i>Compreender a continuidade do cuidado da criança na Atenção Primária à Saúde em região de fronteira por meio de um estudo qualitativo, realizado em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, com mães de crianças de 0 a 24 meses e enfermeiras.</i>

2024	<i>Revista Brasileira de Enfermagem</i>	<i>Fatores associados à mortalidade infantil evitável no ano de 2020: estudo brasileiro de base populacional</i>	<i>Sousa MRM, Parada CMGL, Nunes HRC</i>	<i>Identificar os fatores associados aos óbitos infantis evitáveis, classificados em neonatais e pós-neonatais.</i>
2025	<i>Revista de Saúde Coletiva</i>	<i>Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil: desafios para atenção integral em saúde e intersectorialidade</i>	<i>Sousa NKM et. al</i>	<i>Este estudo objetiva analisar os atos normativos para combate ao trabalho infantil sancionados no Brasil entre 1990 e 2018.</i>
2019	<i>Revista Ciência & Saúde Coletiva</i>	<i>A rede de atenção integral à saúde da criança no Distrito Federal, Brasil</i>	<i>Souza RR et. al</i>	<i>Relatar o desenvolvimento da atenção à saúde da criança no Distrito Federal, dentro dos eixos propostos pela PNAISC e fundamentado nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde.</i>
2020	<i>Revista de Saúde Pública</i>	<i>Características da atenção primária e taxas de internações pediátricas no Brasil</i>	<i>Lisboa LAS et. al</i>	<i>Avaliar a associação entre características das unidades básicas de saúde (UBS) com internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP) no Brasil.</i>
2016	<i>Revista Ciência & Saúde Coletiva</i>	<i>Saúde da Criança no Brasil: orientando a rede básica para a Atenção Primária à Saúde</i>	<i>Damasceno SS et. al</i>	<i>Analisa o conhecimento científico produzido sobre a orientação dos serviços de atenção básica brasileiros à Atenção Primária à Saúde com enfoque na saúde da criança.</i>
2016	<i>Caderno de Saúde Pública</i>	<i>Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasileira e indicadores de Aleitamento Materno</i>	<i>Venâncio SI et. al</i>	<i>Avaliar a implementação da Rede Amamenta Brasileira e seu impacto nos indicadores de aleitamento materno.</i>
2020	<i>Revista Ciência & Saúde Coletiva</i>	<i>Avaliação da atenção primária à saúde da criança no Brasil: uma revisão sistemática de métodos e resultados</i>	<i>Silva GS et. al</i>	<i>Analisa os métodos e instrumentos, bem como os principais resultados, das avaliações de qualidade da assistência à saúde da criança na APS no Brasil.</i>
2021	<i>Epidemiologia & Serviços de Saúde</i>	<i>Estrutura e processo de trabalho no cuidado à criança na Atenção Primária à Saúde no Brasil: um estudo ecológico com dados do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção</i>	<i>Santos DMA et. al</i>	<i>Avaliar a estrutura das unidades básicas de saúde (UBS) e o processo de trabalho das equipes de atenção básica na atenção à criança no Brasil.</i>

		Primária à Saúde 2012-2018		
--	--	----------------------------	--	--

Fonte: Autores, 2025

DISCUSSÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado em diversas áreas da saúde infantil, impulsionado por políticas públicas que buscam melhorar o acesso e a qualidade do atendimento, com especial atenção à Atenção Primária à Saúde (APS). No entanto, apesar dos progressos, ainda existem desafios a serem superados, principalmente nas regiões mais vulneráveis, onde a escassez de recursos e a desigualdade social impactam diretamente as condições de saúde das crianças. A análise dos estudos selecionados nesta revisão proporciona uma visão abrangente dos avanços alcançados e dos obstáculos persistentes nas políticas de saúde infantil, abordando aspectos como a promoção do aleitamento materno, a continuidade do cuidado infantil e a mortalidade evitável.

A Estratégia Brasileira de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar, foi uma das iniciativas mais significativas no contexto da saúde infantil no Brasil. A estratégia, que tem como objetivo promover o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e a alimentação complementar adequada a partir dessa idade, demonstrou impacto positivo na saúde das crianças, especialmente na prevenção de doenças e na redução da mortalidade infantil [7]. Contudo, como enfatizam os autores [8], o sucesso de programas como o “Amamenta Brasil” depende de uma implementação eficaz, que leve em consideração as especificidades de cada região e a qualificação dos profissionais de saúde. As disparidades regionais, principalmente nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, ainda representam um obstáculo significativo, limitando o alcance e a efetividade dessas políticas.

Outro ponto fundamental abordado por [9] é a continuidade do cuidado infantil na Atenção Primária à Saúde, um aspecto essencial para o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento das crianças. O estudo revela que, em regiões de fronteira, onde há um alto fluxo migratório e escassez de profissionais de saúde, a continuidade do cuidado se torna um desafio crítico. A falta de estrutura e a dificuldade de integração dos serviços de saúde contribuem para lacunas no acompanhamento da saúde infantil. Em contraste, a literatura também aponta que a continuidade do cuidado é diretamente relacionada à redução da mortalidade infantil evitável, conforme os achados de [10], que destacam que muitos óbitos infantis no Brasil poderiam ser evitados com o acesso contínuo a cuidados de saúde primária, como acompanhamento nutricional, vacinação e monitoramento do desenvolvimento.

A Rede de Atenção Integral à Saúde da Criança tem sido outro pilar fundamental no avanço das políticas públicas de saúde infantil. Em algumas regiões do país, a integração entre os níveis de atenção e a implementação de estratégias de saúde mais próximas das comunidades têm se mostrado eficazes na redução da mortalidade infantil [10]. No entanto, a infraestrutura inadequada e a falta de recursos em determinadas regiões ainda são barreiras para garantir a universalização da saúde infantil de qualidade [11]. O desafio é grande, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as taxas de internações pediátricas continuam sendo elevadas devido à insuficiência de serviços e à sobrecarga do sistema.

No que se refere à promoção da saúde na Atenção Primária, os estudos [10,12] sublinham que a qualidade da rede básica de saúde é um fator determinante para a melhoria das condições de saúde infantil. As políticas de saúde devem estar cada vez mais orientadas para o fortalecimento da APS, garantindo que as equipes de saúde estejam bem estruturadas e capacitadas para atender as necessidades da criança e de sua família. A integração entre as políticas de saúde e de educação, também desempenha um papel crucial na melhoria do acesso e na promoção de práticas saudáveis desde os primeiros anos de vida [13].

Além disso, a mortalidade infantil evitável continua a ser um problema relevante no Brasil. Como demonstrado na literatura, embora a taxa de mortalidade infantil tenha diminuído nos últimos anos, muitos óbitos ainda são causados por condições preveníveis, como doenças respiratórias, doenças diarreicas e problemas nutricionais [14]. O estudo reforça a importância da atenção primária como estratégia para reduzir essas mortes, apontando que a falta de acesso regular a cuidados de saúde e a não realização de intervenções precoces são fatores determinantes. A melhoria na qualidade da APS e o fortalecimento das ações preventivas são fundamentais para garantir que as crianças tenham uma vida mais saudável.

Outro desafio que surge na discussão sobre saúde infantil é o trabalho infantil [15]. As políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil são essenciais para garantir a integridade física e emocional das crianças, que, muitas vezes, são expostas a condições de trabalho precárias desde cedo. O trabalho infantil prejudica o desenvolvimento das crianças e aumenta a vulnerabilidade social, limitando o acesso a cuidados de saúde, educação e serviços essenciais. A integração de políticas de saúde, educação e assistência social, conforme sugerido pelos autores, é crucial para a promoção do bem-estar infantil e para combater as causas estruturais da desigualdade na saúde e vulnerabilidades sociais [8,10,12,15].

Em suma, a análise dos artigos selecionados evidencia que, embora o Brasil tenha avançado consideravelmente na implementação de políticas públicas de saúde infantil, ainda existem desafios significativos. A melhoria da atenção primária à saúde, a

promoção do aleitamento materno, a continuidade do cuidado infantil e a redução da mortalidade infantil evitável são aspectos centrais para o fortalecimento da saúde infantil no país. Contudo, para alcançar a universalização de uma saúde de qualidade, é fundamental superar as desigualdades regionais e melhorar a integração entre as diversas políticas públicas, criando uma rede intersetorial que atenda às múltiplas necessidades das crianças brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Brasil tenha alcançado progressos significativos nas políticas públicas de saúde infantil, existem ainda muitos desafios a serem superados para garantir a universalização do acesso e a efetividade dessas políticas. A implementação de estratégias como a promoção do aleitamento materno tem mostrado impacto positivo, mas depende de uma maior capacitação e qualificação dos profissionais de saúde, além de um maior esforço para superar as disparidades regionais, especialmente nas áreas rurais e em fronteiras.

A continuidade do cuidado na APS é essencial para o acompanhamento das crianças, mas, como os estudos indicam, ainda existem lacunas no acesso e na qualidade desse acompanhamento, especialmente em regiões mais isoladas, onde a presença de profissionais de saúde é limitada. A mortalidade infantil evitável, embora tenha mostrado redução nos últimos anos, ainda representa uma alta carga de óbitos que poderiam ser evitados com acesso contínuo a cuidados preventivos e tratamentos adequados.

Portanto, é imprescindível fortalecer a Atenção Primária à Saúde, garantindo que todos os profissionais envolvidos no cuidado à criança sejam adequadamente treinados e que a infraestrutura de saúde seja expandida, com foco na descentralização dos serviços para alcançar as populações mais vulneráveis. Além disso, a integração das políticas públicas de saúde com as áreas de educação, assistência social e proteção infantil é fundamental para uma abordagem mais holística e eficaz, que contemple todas as necessidades da criança.

Em suma, para alcançar uma saúde infantil de qualidade e equitativa, é necessário um esforço contínuo para consolidar as políticas públicas existentes, garantindo sua efetividade e acesso universal, especialmente para as crianças que vivem em condições de maior vulnerabilidade social. A integração entre os diferentes setores e a melhoria da infraestrutura de saúde são fundamentais para que o Brasil consiga superar os desafios atuais e oferecer a todas as crianças a oportunidade de um desenvolvimento saudável e pleno.

REFERÊNCIAS

1. Justino DCP, Lopes MS, Santos CDP, Andrade FB. Avaliação histórica das políticas públicas de saúde infantil no Brasil: revisão integrativa. *Rev Ciência Plural*. 2019;5(1):71-88..
2. Macinko J, Mendonça CS. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. *Saúde debate* [Internet]. 2018 Sep;42(spe1):18–37. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S102>.
3. Nações Unidas. Brasil. Relatório sobre Mortalidade Infantil 2023. 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/pt/>. Acesso em: 1 JAN. 2025
4. Dilélio AS, Natividade M, Facchini LA, Pereira M, Tomasi E. Estrutura e processo na atenção primária à saúde das crianças e distribuição espacial da mortalidade infantil. *Rev Saúde Pública*. 2024;58:21.
- 5 Gurgel Guida SL, Belchior CS, Antonio GAF, Cianni JM, Faria SM. O papel da atenção primária à saúde na garantia do acesso universal: desafios e perspectivas no sistema único de saúde. *Ciênc. saúde*. 2025 jan;29(142):31-7. doi: 10.69849/revistaft/fa10202501311704.
6. Melo D, Venâncio S, Buccini G. Estratégia Brasileira de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar: Uma Análise do Caminho de Impacto do Programa. *Rev Inst Med Trop São Paulo*. 2022;64(1):1-9.
7. Hirano AR, Picco TM, Pimenta RA, Baggio MA. Continuidade do cuidado da criança na Atenção Primária à Saúde em região de fronteira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [Internet]. 2023 [cited 2025 Feb 1];27:e220697. Available from: <https://doi.org/10.1590/interface.220697>
8. Sousa MRM, Parada CMGL, Nunes HRC. Fatores associados à mortalidade infantil evitável em 2020: um estudo populacional brasileiro. *Rev Bras Enferm*. 2024;77(4):e20230072. doi: 10.1590/0034-7167-2023-0072.
9. Sousa NKM, Mazza VA, Khalaf DK, Lapierre J, Piosiadlo LCM. Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil: desafios para atenção integral em saúde e intersetorialidade. *Physis: Rev Saúde Coletiva* [Internet]. 2023;33:e33006. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333006>
10. Souza RR, Vieira MG, Lima Júnior CJF. A rede de atenção integral à saúde da criança no Distrito Federal, Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2019;24(6):2075-2084. doi: 10.1590/1413-81232018246.09512019.
11. Lisboa LAS, et al. Características da atenção primária e taxas de internações pediátricas no. Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2016;21(8):2673-2682.



12. Damasceno SS, Nóbrega VM, Coutinho SE, Reichert APS, Toso BRGO, Collet N. Saúde infantil no Brasil: orientando a rede básica para a Atenção Primária à Saúde. *Cien Saude Colet*. 2016 set;21(9):2961-73. doi: 10.1590/1413-81232015219.25002015.
13. Venancio SI, Giugliani ERJ, Silva OLO, Stefanello J, Benicio MHA, Reis MCGR, Issler RMS, Espírito Santo LC, Cardoso MRA, Rios GS. Associação entre o grau de implementação da Rede Brasileira de Amamentação e os indicadores de amamentação. *Cad Saude Publica*. 2016 mar;32(3):e00010315. doi: 10.1590/0102-311X00010315.
14. Silva GS, Fernandes DRF, Alves CRL. Avaliação da assistência à saúde da criança na Atenção Primária no Brasil: revisão sistemática de métodos e resultados. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2020 ago;25(8):2751-2760. doi: 10.1590/1413-81232020258.27512018.
15. Santos DMA, et al. Estrutura e processo de trabalho no cuidado à criança na Atenção Primária à Saúde no Brasil: um estudo ecológico com dados do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Primária à Saúde 2012-2018. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2021;26(10):3983-3992.